

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## PROVA OBJETIVA P<sub>2</sub> -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

### CONTABILIDADE

#### Questão 1

Considere que um contador oriundo do setor privado tenha acabado de ser convocado para assumir um cargo público, após aprovação em concurso público, e deva saber quem se submete à obrigação de realização da contabilidade pública. Nesse caso, o contador deve saber que a contabilidade aplicada ao setor público impõe-se

- Ⓐ a todas as empresas de economia mista.
- Ⓑ apenas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- Ⓒ apenas às pessoas jurídicas de direito público interno.
- Ⓓ a todas as pessoas jurídicas ou físicas que recebam recursos públicos.
- Ⓔ a todas as entidades do setor público.

#### Questão 2

Para que desempenhem adequadamente suas atividades, os servidores do setor contábil de um ente público devem compreender as características que o item patrimonial deve apresentar para que componha o ativo do ente público.

Considerado o assunto abordado no texto precedente, é correto afirmar que, para compor o ativo de um ente público, o item patrimonial deve

- Ⓐ ser um recurso sob controle da entidade e resultante de eventos passados.
- Ⓑ ter sido obtido como resultado das atividades próprias da entidade.
- Ⓒ estar sob o controle do respectivo ente público, ainda que seja bem inservível.
- Ⓓ ser de propriedade do respectivo ente público.
- Ⓔ ser um item cuja aquisição tenha implicado desembolso.

#### Questão 3

Suponha que certo servidor esteja classificando alguns itens patrimoniais, mas esteja em dúvida sobre quais podem ser registrados no passivo da entidade. Nessa situação, é correto definir o passivo do ente público como

- Ⓐ uma obrigação atual, fruto de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- Ⓑ um conjunto de compromissos futuros que, para sua satisfação, exigirão o sacrifício de recursos da entidade.
- Ⓒ um evento presente resultado de iniciativas passadas que provoque a diminuição da situação patrimonial líquida da entidade.
- Ⓓ uma obrigação legal ou uma obrigação legalmente vinculada ao ente público.
- Ⓔ uma obrigação que provavelmente será liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade.

#### Questão 4

As variações patrimoniais verificadas nas contas públicas podem ser qualitativas ou quantitativas.

Nesse sentido, é exemplo de variação patrimonial qualitativa

- I a compra de um veículo à vista.
- II a prescrição de dívida fundada.
- III o pagamento de juros sobre um título em atraso.
- IV a doação de bens a terceiros.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item IV está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens III e IV estão certos.

#### Questão 5

As variações patrimoniais que impliquem modificação da situação patrimonial líquida do ente público são denominadas variações quantitativas, podendo ser aumentativas (receitas) ou diminutivas (despesas).

Sob a perspectiva patrimonial, é exemplo de variação patrimonial aumentativa

- I a arrecadação de um tributo lançado.
- II o lançamento de tributos.
- III o recolhimento de uma receita tributária.
- IV o pagamento de um empréstimo no vencimento.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II, III e IV estão certos.

#### Questão 6

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Brasil. Lei Federal n.º 4.320/1964. Brasília – DF: Senado Federal, 1964.

Essa previsão da Lei n.º 4.320/1964 conflita com a necessidade de reconhecimento contábil das variações patrimoniais, que deve ocorrer pelo regime de competência.

Considerando particularmente os tributos, assinale a opção em que são apresentadas as etapas nas quais, em regra, deve ocorrer o reconhecimento das receitas tributárias no regime orçamentário e no regime contábil, respectivamente.

- Ⓐ previsão e lançamento
- Ⓑ arrecadação e previsão
- Ⓒ lançamento e arrecadação
- Ⓓ arrecadação e lançamento
- Ⓔ recolhimento e arrecadação

**Questão 7**

Determinado item do ativo imobilizado de um ente público foi adquirido pelo valor de R\$ 100 mil no início de certo ano. A vida útil do bem foi estimada em 60 meses. Por política do ente, define-se um valor residual de 10% do valor de aquisição para todos os bens do ativo imobilizado. O método de depreciação adotado é o da linha reta.

Na situação hipotética precedente, decorridos 40 meses, o valor contábil líquido do bem, desconsiderado qualquer ajuste a valor realizável, será de

- A** R\$ 20 mil.
- B** R\$ 30 mil.
- C** R\$ 40 mil.
- D** R\$ 50 mil.
- E** R\$ 60 mil.

**Questão 8**

Uma metodologia associada ao georreferenciamento rural foi desenvolvida pela empresa pública X. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento dessa metodologia somaram R\$ 1 milhão, tendo sido aplicado 50% desse valor na fase de desenvolvimento. A previsão é de que essa metodologia beneficie os produtores rurais assistidos durante 100 meses. Pela alta aplicabilidade, o valor de mercado dessa metodologia, imediatamente após sua divulgação, atingiu R\$ 2 milhões. Uma grande empresa privada interessada na metodologia propôs a compra da patente, tendo oferecido duas possibilidades de pagamento: (a) R\$ 1,5 milhão, além de um convênio de 5 anos, nos quais a empresa pública X poderia utilizar a patente; ou (b) R\$ 3 milhões, sem o convênio.

Nessa situação hipotética, se todos os requisitos para reconhecimento do ativo tiverem sido cumpridos, o valor contábil de registro inicial da patente e o valor da cota mensal de depreciação serão, respectivamente, de

- A** R\$ 500 mil e R\$ 5 mil.
- B** R\$ 1 milhão e R\$ 10 mil.
- C** R\$ 1,5 milhão e R\$ 15 mil.
- D** R\$ 2 milhões e R\$ 20 mil.
- E** R\$ 3 milhões e R\$ 30 mil.

**Questão 9**

Algumas obrigações das entidades devem ser registradas como provisões. Esse é o caso, por exemplo, da provisão para 13.º salário.

A característica que determina esse tratamento diferenciado para determinadas obrigações é

- A** a baixa relevância contábil da obrigação.
- B** a necessidade de ocorrência de evento futuro incerto para a confirmação da obrigação.
- C** a falta de fidedignidade relativa às informações do evento que ensejou a obrigação.
- D** a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação da obrigação.
- E** a baixa probabilidade de saída de recursos para a liquidação da obrigação.

**Questão 10**

Embora seja um requisito exigido desde o início da vigência da Lei n.º 4.320/1964, a ferramenta para apuração de custos na área pública só foi viabilizada a partir da criação do Sistema de Informações de Custos (SIC), que se deu mediante a Portaria STN n.º 716/2011.

O SIC, mencionado no texto anterior, é um sistema

- A** gerencial.
- B** orçamentário.
- C** contábil.
- D** de *compliance*.
- E** de fiscalização.

**Questão 11**

Para fins de gestão de custos, ganha especial relevância o conceito de custo variável, previsto no Manual de Informações do Sistema de Custos do Governo Federal.

Considerada a relevância do conceito de custo variável, assinale a opção em que o referido conceito é corretamente apresentado.

- A** custo que só varia ante expressiva variação do volume de atividades realizadas
- B** custo que provoca consumo ou utilização de recursos para a geração de bens ou serviços
- C** custo que exige direcionadores de custos para a realização da alocação dos objetos de custeio
- D** custo identificado e apropriado direta e objetivamente ao objeto de custo
- E** custo que guarda relação direta com o volume de atividades realizadas

**Espaço livre**

**Questão 12**

Uma das regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público prevê que os lançamentos devem estar restritos à natureza de informação à qual pertencam.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), lançamentos de natureza patrimonial apenas debitam ou creditam contas das classes

- A** 7 e 8.
- B** 4, 5 e 6.
- C** 1, 2 e 5.
- D** 1, 2, 3 e 4.
- E** 4, 5, 6, 7 e 8.

**Questão 13**

Uma secretaria da fazenda estadual planeja publicar, ao término do exercício, um conjunto único de demonstrações que represente a posição e o desempenho do governo como um todo. O perímetro considerado inclui a administração direta, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. Foram identificadas operações recíprocas relevantes entre essas entidades, como repasses intraorçamentários, empréstimos intercompanhias e saldos de contas a receber e a pagar internos. Nesse contexto, o órgão pretende consolidar suas demonstrações contábeis.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da consolidação das demonstrações contábeis.

- A** Na consolidação, as entidades controladas são registradas pelo método de custo, dispensada a consolidação linha a linha.
- B** Autarquias e fundações devem ser integralmente excluídas da consolidação, por possuírem autonomia administrativa.
- C** A consolidação substitui as demonstrações individuais e dispensa a publicação destas.
- D** Na consolidação, devem ser eliminados saldos e transações recíprocas, bem como observados critérios uniformes de políticas contábeis.
- E** A consolidação dispensa eliminações de saldos e transações entre entidades do mesmo grupo público.

**Questão 14**

Uma autarquia registrou a aquisição de bens e serviços e o pagamento de pessoal, bem como recebeu doações sem contraprestação.

Em relação à natureza das referidas transações, assinale a opção correta.

- A** As transações com contraprestação reconhecem receita apenas quando há recebimento em caixa, enquanto as sem contraprestação seguem o regime de competência.
- B** Doações sem contraprestação devem ser registradas diretamente no patrimônio líquido, sem reconhecimento de receita.
- C** Doações sem contraprestação configuram transações que aumentam o patrimônio.
- D** Aquisição de bens para uso é transação sem contraprestação, por não haver tarifa.
- E** O pagamento de pessoal é transação sem contraprestação que não afeta o resultado.

**Questão 15**

Em um órgão, a despesa com serviços continuados de limpeza foi contratada para doze meses, com medições mensais.

A respeito das etapas da despesa, assinale a opção correta.

- A** A liquidação ocorre com a verificação do material ou serviço, da quantidade e dos preços.
- B** A liquidação independe de verificação do direito do credor.
- C** A liquidação pode ocorrer antes da entrega do material ou da prestação do serviço, bastando a emissão da nota de empenho.
- D** Empenho e pagamento são suficientes para constituição da despesa, dispensada a liquidação.
- E** Para a liquidação, é dispensável a conferência de documentos comprobatórios com o contrato, bastando o ateste verbal do gestor.

**Questão 16**

Uma secretaria de finanças municipais acompanhou, no mês de abril de determinado ano, a execução da receita do IPTU, das taxas de serviços urbanos e de transferências correntes. Houve emissão de carnês do IPTU, recebimentos via rede bancária credenciada, com depósitos no caixa único do município, e identificação de valores arrecadados ainda não recolhidos pelo agente arrecadador.

Considerando os estágios da receita e o reconhecimento contábil, assinale a opção correta.

- A** A receita extraorçamentária deve constar como receita orçamentária corrente.
- B** O lançamento é etapa que sempre antecede a previsão.
- C** O recolhimento constitui etapa anterior à arrecadação.
- D** A previsão é executada no momento da cobrança.
- E** A arrecadação é o recolhimento dos valores devidos à conta do governo e pode abranger receitas não lançadas.

**Espaço livre**

**Questão 17**

Um contrato de manutenção continuada foi executado até dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, havia os seguintes valores relativos ao mês de dezembro: R\$ 120 mil empenhados; R\$ 80 mil atestados e liquidados e ainda não pagos; R\$ 20 mil empenhados e não liquidados; R\$ 20 mil cancelados por glosa de medição.

Tendo como referência as informações precedentes, assinale a opção correta a respeito da execução orçamentária e financeira e da fonte de recursos originalmente vinculada ao contrato na situação apresentada.

- A** Apenas os R\$ 20 mil empenhados e não liquidados devem compor os restos a pagar, pois itens liquidados perdem a exigibilidade ao fim do exercício.
- B** Devem ser inscritos em restos a pagar processados R\$ 100 mil e, em restos a pagar não processados, R\$ 20 mil, sendo permitida a troca da fonte de recursos no pagamento, sem registro.
- C** Não cabe inscrição em restos a pagar, pois não houve saída de caixa até 31 de dezembro de 2025.
- D** Devem ser inscritos em restos a pagar processados R\$ 80 mil e, em restos a pagar não processados, R\$ 40 mil, pois o cancelamento integra a base dos restos a pagar não processados.
- E** Devem ser inscritos em restos a pagar processados R\$ 80 mil e, em restos a pagar não processados, R\$ 20 mil, mantendo-se a fonte de recursos originalmente vinculada no pagamento, ressalvadas as regras específicas para alteração formal de fonte.

**Questão 18**

Um gestor concedeu suprimento de fundos de R\$ 8.000 para pequenas despesas de pronto pagamento. O servidor que ficou responsável pelo suprimento realizou as seguintes despesas dentro do prazo: três compras, cada qual em uma nota fiscal, de materiais de expediente no valor total de R\$ 4.500; uma diária de deslocamento no valor de R\$ 1.700; serviços eventuais de manutenção hidráulica no valor de R\$ 700; tentativa de pagamento de serviço de engenharia no valor de R\$ 1.200, que foi recusado pela conformidade interna, por vedação normativa. Ao final, o servidor apresentou a prestação de contas, com os comprovantes aceitos, e recolheu o saldo.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O valor a comprovar é de R\$ 6.900 e o saldo a recolher é de R\$ 1.100, sendo vedado fracionar despesa e custear serviço de engenharia com suprimento.
- B** O valor a comprovar é de R\$ 7.900 e o saldo a recolher é de R\$ 100.
- C** O valor a comprovar é de R\$ 6.900 e o saldo a recolher é de R\$ 1.100, sendo obrigatório classificar todo o gasto como material de consumo.
- D** O valor a comprovar é de R\$ 8.000 e não há saldo a recolher, pois o total autorizado deve ser integralmente comprovado.
- E** O valor a comprovar é de R\$ 6.200 e o saldo a recolher é de R\$ 1.800, sendo dispensável indicar elemento de despesa.

**Questão 19**

Em 31/12/2025, uma secretaria de estado tinha despesas empenhadas não liquidadas e despesas liquidadas não pagas.

Considerando essa situação, assinale a opção correta quanto aos restos a pagar.

- A** Despesas liquidadas e não pagas devem ser inscritas como restos a pagar processados, enquanto despesas empenhadas e não liquidadas, como restos a pagar não processados.
- B** Restos a pagar abrangem apenas despesas pagas após o encerramento do exercício.
- C** A inscrição de despesa como restos a pagar depende sempre de saída de caixa.
- D** Despesas liquidadas e não pagas devem ser inscritas como restos a pagar não processados.
- E** Despesas empenhadas e não liquidadas devem ser inscritas como restos a pagar processados.

**Espaço livre**

**Questão 20**

Uma autarquia reconheceu, em 31 de dezembro de determinado ano, os seguintes eventos, a serem evidenciados na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) do exercício seguinte: reavaliação positiva de imóvel no valor de R\$ 300 mil, com aumento do valor contábil do ativo e correspondente aumento no patrimônio líquido em conta específica; e ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ -50 mil, decorrente de correção de erro material em depreciação de anos passados. O patrimônio líquido (PL) dessa autarquia, em 1.º de janeiro do ano subsequente, era de R\$ 5 milhões.

Desconsiderando efeitos fiscais e a depreciação futura sobre o valor reavaliado, assinale a opção correta acerca da situação apresentada.

- Ⓐ O PL deve reduzir em R\$ 50 mil, porque ajustes de exercícios anteriores prevalecem sobre reavaliações.
- Ⓑ O PL deve aumentar em R\$ 300 mil e o ajuste de exercícios anteriores deve ser lançado como despesa do período.
- Ⓒ O PL não é afetado por reavaliações positivas.
- Ⓓ O PL deve aumentar em R\$ 250 mil e ambos os ajustes (reavaliação positiva de imóvel e ajuste de exercícios anteriores) devem transitar no resultado do exercício.
- Ⓔ O PL deve aumentar em R\$ 250 mil, devendo a reavaliação ser registrada em conta específica do patrimônio líquido e o ajuste de exercícios anteriores ser registrado como redução do PL.

**Questão 21**

Na elaboração do balanço orçamentário do exercício de 2025 de um ente da Federação, verificou-se a ocorrência de abertura de créditos adicionais, tendo sido utilizado superávit financeiro de exercícios anteriores, bem como reabertura de créditos especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior. Além disso, foram registradas reestimativas de receita e execução de restos a pagar.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, com base no MCASP.

- I O balanço orçamentário evidencia as receitas por categoria econômica e origem, demonstrando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e o saldo, correspondente ao excesso ou à insuficiência de arrecadação.
- II A utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores pode gerar desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, sem que isso represente erro na elaboração do balanço orçamentário.
- III O superávit financeiro de exercícios anteriores utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais deve integrar a receita orçamentária do exercício corrente para fins de apuração do resultado orçamentário.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 22**

Um ente estadual elaborou a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) referente ao exercício de 2025. Durante o período, foram registrados, entre outros eventos, recebimentos de impostos, pagamentos a fornecedores, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a aplicação de recursos em investimentos financeiros de curto prazo com vencimento inferior a três meses.

Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta em relação à elaboração da DFC e à classificação dos fluxos de caixa na DFC, consoante o MCASP.

- Ⓐ Os fluxos de caixa excluem apenas as transferências entre contas bancárias distintas, devendo incluir todas as movimentações que envolvam numerário.
- Ⓑ A DFC evidencia os fluxos de caixa decorrentes da execução orçamentária, excluindo movimentações extraorçamentárias.
- Ⓒ A DFC deve ser elaborada exclusivamente pelo método indireto, evidenciando os fluxos de caixa de forma líquida.
- Ⓓ Os recebimentos de impostos devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais, enquanto a aquisição de equipamentos integra os fluxos de caixa das atividades de investimento.
- Ⓔ Os investimentos financeiros de curto prazo, independentemente de sua liquidez e de seu vencimento, devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento.

**Espaço livre**

**Questão 23**

A realização das despesas previstas no orçamento depende de prévia autorização legislativa, denominada crédito orçamentário.

O crédito orçamentário que aumenta determinada dotação orçamentária, ao ser incorporado ao orçamento, é o

- A** adicional.
- B** suplementar.
- C** extraordinário.
- D** inicial.
- E** especial.

**Questão 24**

O estabelecimento de limites para a geração de despesas com pessoal pelos entes da Federação é um dos procedimentos contemplados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas a promover o equilíbrio das contas públicas e melhorar a gestão fiscal.

Assinale a opção que apresenta um exemplo de despesa que deve ser considerada pelos entes da Federação quando da verificação do atendimento do limite das despesas com pessoal.

- A** despesa com terceirização de mão de obra destinada à substituição de servidores e empregados públicos
- B** despesa de indenização por demissão de servidores ou empregados
- C** despesa decorrente de decisão judicial cuja competência seja de período anterior ao da apuração do limite
- D** despesa com pensionistas referente à parcela custeada por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados
- E** despesa relativa a incentivos à demissão voluntária

**Questão 25**

O controle da despesa total com pessoal é disciplinado pela LRF e tem por objetivo principal garantir o equilíbrio fiscal, tendo em vista a sustentabilidade financeira dos entes da Federação e a responsabilidade na gestão do dinheiro público. Uma das etapas desse controle é a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa total com pessoal.

De acordo com a LRF, tal verificação deve ser realizada pelos entes da Federação ao final de cada

- A** quadrimestre.
- B** semestre.
- C** ano.
- D** mês.
- E** trimestre.

**Questão 26**

No âmbito da administração pública, a correta distinção entre despesa de exercícios anteriores (DEA) e ajustes de exercícios anteriores é fundamental para assegurar a fidedignidade das informações orçamentárias e patrimoniais. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dedica seção específica para fixar a forma como tais aspectos devem ser executados no orçamento corrente e os reflexos patrimoniais.

Considerando o contexto abordado no texto precedente, julgue os itens a seguir.

- I A DEA constitui uma conta do patrimônio líquido destinada a registrar ajustes decorrentes de mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a exercício anterior.
- II No caso de despesas de exercícios encerrados cujo fato gerador tenha ocorrido no exercício anterior, mas sem que tenha havido o registro da variação patrimonial diminutiva (VPD) na época própria, o registro patrimonial, no exercício corrente, deve ser efetuado diretamente em conta de superávit ou déficit acumulado.
- III Nos casos de restos a pagar processados ou de restos a pagar não processados em liquidação, executados como DEA no exercício corrente, não há necessidade de novo registro patrimonial, pois o passivo e a VPD ou a incorporação do ativo já foram reconhecidos no exercício anterior.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 27**

A NBC TSP – Estrutura Conceitual estabelece os fundamentos para o reconhecimento, a mensuração e a definição dos elementos das demonstrações contábeis no setor público, assegurando a utilidade da informação para *accountability* e tomada de decisão.

Com base na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os itens que se seguem.

- I Um dos objetivos do reconhecimento é selecionar bases que reflitam, de modo adequado, o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade, assegurando que apenas itens reconhecidos sejam mensurados adequadamente.
- II A avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração de um elemento é parte do processo de mensuração contábil.
- III Um dos objetivos da seleção da base de mensuração para ativos e passivos é fornecer informação que possibilite aos usuários avaliar a capacidade da entidade do setor público em financiar as próprias atividades.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 28**

No âmbito da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o reconhecimento de provisões envolve julgamento profissional e uso de estimativas, em razão das incertezas inerentes às obrigações.

De acordo com a referida norma, julgue os próximos itens.

- I As provisões apresentam, em regra, menor grau de incerteza que a maior parte dos demais ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis.
- II O uso de estimativas na mensuração de provisões compromete a confiabilidade das demonstrações contábeis, uma vez que tais obrigações não possuem valores mensuráveis de forma objetiva.
- III Em regra, a entidade é capaz de determinar um intervalo de possíveis resultados, podendo realizar uma estimativa da obrigação suficientemente confiável para fins de reconhecimento da provisão, sendo considerados extremamente raros os casos em que isso não é possível.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 29**

Nas NBC que dizem respeito à mensuração de estoques e ao ativo imobilizado, os critérios de atribuição de custo variam conforme a natureza dos itens, seu uso, a possibilidade de intercambialidade e o tipo de aquisição.

A respeito de estoques e ativo imobilizado, assinale a opção correta.

- A O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos é obrigatoriamente avaliado pelo custo médio ponderado.
- B Um item do imobilizado adquirido por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado pelo valor justo.
- C O custo de um item do ativo imobilizado será sempre o seu preço à vista.
- D A diferença na localização geográfica dos estoques e, conseqüentemente, nas respectivas regras fiscais serve para justificar o uso de diferentes critérios de mensuração.
- E Quando há grandes quantidades de itens de estoque que sejam normalmente intercambiáveis, a identificação específica de custos é a mais indicada.

**Questão 30**

No reconhecimento de ativos intangíveis, conforme a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, avaliam-se a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros e a confiabilidade na mensuração de seu custo ou valor justo.

Segundo a NBC TSP 08, um ativo intangível deve ser reconhecido somente se

- I for provável que os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade.
- II o custo ou o valor justo do ativo puder ser mensurado de forma confiável.
- III ele for constituído de um ativo monetário ou não monetário identificável sem forma física.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 31**

Uma entidade pública estatal administra uma usina de tratamento de resíduos hospitalares, com o objetivo principal de assegurar a prestação contínua e segura do serviço aos hospitais públicos sob seu controle. Eventualmente, essa usina também realiza o tratamento de resíduos provenientes de hospitais privados, mediante cobrança, sem que seja possível identificar separadamente os ativos associados à geração desses fluxos de caixa.

Considerando a situação hipotética precedente e as disposições da NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, assinale a opção correta.

- A A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço estabelecido em contrato de compra e venda realizado em condições normais de mercado, ajustado pelas despesas diretamente atribuíveis à alienação.
- B A entidade pode deixar de estimar formalmente o valor recuperável de um ativo quando aumentos nas taxas de juros de mercado não afetarem, de forma relevante, a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo.
- C Não é necessário estimar simultaneamente o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso quando qualquer um desses valores exceder o valor contábil do ativo.
- D Mesmo que o ativo gere fluxos de caixa de forma eventual, ele pode ser classificado como ativo não gerador de caixa quando for mantido primordialmente para a prestação de serviços e não for possível distinguir os ativos geradores de caixa dos não geradores de caixa.
- E Ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso somente devem ser submetidos ao teste de redução ao valor recuperável quando existirem indícios claros de perda, não sendo exigida a realização de testes periódicos enquanto o ativo não estiver em operação.

**Questão 32**

A Solaris S.A., empresa pública de distribuição de supercondutores de energia elétrica, realizou, durante o exercício de 2025, as seguintes operações:

- (A) recebimento de caixa pela venda de energia elétrica a consumidores;
- (B) pagamento em caixa para aquisição de novos transformadores (ativos imobilizados);
- (C) pagamento de juros sobre empréstimos contraídos para expansão da rede elétrica;
- (D) recebimento de dividendos de participação em empresa coligada.

Na situação hipotética precedente, de acordo com a NBC TSP 12, os fluxos de caixa relativos às operações A, B, C e D são, respectivamente, classificados como

- Ⓐ operacional; de investimento; de financiamento; e de investimento.
- Ⓑ operacional; operacional; de investimento; e de financiamento.
- Ⓒ operacional; de financiamento; de financiamento; e operacional.
- Ⓓ de financiamento; de investimento; operacional; e de investimento.
- Ⓔ de investimento; operacional; operacional; e operacional.

**Questão 33**

A companhia pública Sol. S.A., entidade estatal do setor de energia, elaborou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025. No período, a entidade realizou operações financeiras não usuais com uma instituição financeira que possui capital público, sujeitas a exigências externas de capital.

Na análise das demonstrações, constatou-se que a Sol S.A. tinha divulgado seus objetivos, políticas e processos de gestão do capital, bem como informações quantitativas e variações em relação ao período anterior, porém havia omitido a divulgação das consequências decorrentes do descumprimento parcial das referidas exigências externas de capital.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, com base na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

- Ⓐ Alterações nos elementos de gestão do capital em relação ao período anterior não são de divulgação obrigatória se não tiverem impacto significativo no patrimônio líquido da Sol. S.A.
- Ⓑ A divulgação de dados quantitativos acerca dos elementos incluídos na gestão do capital é dispensável; a entidade Sol. S.A. pode optar por apresentar apenas informações qualitativas.
- Ⓒ Ainda que a Sol. S.A. esteja sujeita a diferentes exigências de capital impostas externamente, a divulgação agregada dessas exigências é suficiente, sendo desnecessária a apresentação de informações discriminadas por tipo de requerimento de capital.
- Ⓓ A entidade Sol. S.A. deve divulgar informações qualitativas sobre objetivos, políticas e processos de gestão do capital, dados quantitativos sobre os elementos incluídos na gestão do capital e quaisquer alterações desses elementos em relação ao período anterior, mesmo que não tenha atendido às exigências de capital impostas externamente.
- Ⓔ Como a Sol. S.A. não cumpriu integralmente as exigências externas de capital, não é necessário divulgar as consequências dessa não observância, pois tais informações não são imprescindíveis para o público-alvo.

**Questão 34**

A Companhia Pública de Energia Atômica, responsável pela gestão de usinas e distribuição de energia elétrica em várias cidades, elaborou suas demonstrações contábeis referentes a 2025. Durante a análise, verificou-se que o orçamento aprovado fora elaborado em regime de caixa modificado, enquanto as demonstrações contábeis foram elaboradas em regime de competência.

Considerando a situação hipotética apresentada e as normas da NBC TSP 13, julgue os itens seguintes.

- I Quando o regime orçamentário difere do regime contábil, a conciliação dos valores realizados com os valores das demonstrações contábeis deve identificar separadamente as diferenças de regime, temporais e de entidade e ser divulgada em notas explicativas.
- II Quando o orçamento e as demonstrações contábeis são elaborados sob o mesmo regime, para o mesmo período, com as mesmas entidades e a mesma forma de apresentação, não é obrigatória a conciliação dos valores realizados com os valores das demonstrações contábeis.
- III Quando o orçamento e as demonstrações contábeis são elaborados sob o mesmo regime, para o mesmo período, com as mesmas entidades e a mesma forma de apresentação, a conciliação dos valores realizados com os valores das demonstrações contábeis é obrigatória e deve ser detalhada em notas explicativas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

**Espaço livre**

**Questão 35**

A Paranaense S.A., empresa pública de *softwares* tributários, está se preparando para divulgar suas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025. A entidade possui investimentos significativos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, mas está dispensada de elaborar demonstrações consolidadas, conforme permitido pela NBC TSP 17. A equipe contábil deve seguir corretamente os requisitos de divulgação em suas demonstrações contábeis separadas.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em demonstrações contábeis separadas, não é necessário divulgar a lista de investimentos significativos em controladas, coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto, bastando informar que se trata de demonstrações separadas.
- Ⓑ Caso a entidade escolha mensurar seus investimentos em coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto ao valor justo por meio do resultado, ela poderá contabilizá-los de forma diferente em suas demonstrações contábeis separadas.
- Ⓒ Demonstrações contábeis separadas só podem ser apresentadas por entidades que possuem controladas, sendo proibida sua apresentação quando a entidade possui apenas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto.
- Ⓓ Quando a controladora decide não elaborar demonstrações consolidadas e apresenta demonstrações contábeis separadas, ela deve divulgar, além da informação de que se trata de demonstrações separadas, a dispensa da consolidação; os nomes e as localizações das entidades investidas; a proporção da participação; e o método utilizado para contabilizar os investimentos.
- Ⓔ Uma entidade de investimento que mensura todos os seus investimentos em controladas ao valor justo por meio do resultado não pode apresentar demonstrações contábeis separadas como suas únicas demonstrações contábeis.

**Espaço livre**

**Questão 36**

A InfraPAR Serviços Ferroviários S.A., empresa pública estadual vinculada à área de infraestrutura do estado do Paraná, controlava integralmente a sociedade Logística ValeSul S.A. Em 2025, em razão de reestruturação societária aprovada pelo governo estadual, a InfraPAR alienou a totalidade de sua participação, perdendo o controle da sociedade controlada. Até a data da perda de controle, a controlada possuía valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, inclusive reserva de reavaliação de ativos imobilizados.

Com base na situação hipotética precedente e na NBC TSP 17, assinale a opção correta no que concerne ao tratamento contábil aplicável ao caso em apreço.

- Ⓐ Na data da perda do controle, os investimentos eventualmente retidos na ex-controlada devem permanecer registrados pelo valor contábil anteriormente reconhecido, sem necessidade de ajuste a valor justo.
- Ⓑ Com a perda do controle, a controladora deve transferir para resultados acumulados todos os valores anteriormente reconhecidos diretamente no patrimônio líquido relacionados à ex-controlada, na mesma base que seria exigida se a controladora tivesse alienado diretamente os respectivos ativos ou passivos.
- Ⓒ A perda do controle exige apenas o reconhecimento do valor justo da contrapartida recebida, sendo vedado o reconhecimento de qualquer ganho ou perda no resultado do período.
- Ⓓ Ao perder o controle, a controladora deve realizar registro de desconhecimento dos ativos e passivos da ex-controlada pelo valor justo na data da perda do controle.
- Ⓔ Na perda do controle, a controladora deve manter no patrimônio líquido os valores anteriormente reconhecidos diretamente, inclusive reservas de reavaliação, independentemente de eventual exigência de outra NBC TSP.

**Questão 37**

Uma companhia pública estadual responsável pela construção e manutenção de rodovias revisou, no exercício de 2026, os critérios utilizados para mensuração de determinados ativos e passivos, em razão de novas informações técnicas e alterações nos parâmetros econômicos utilizados anteriormente.

Considerando a situação hipotética anterior e as disposições da NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A mudança na base de mensuração de um ativo ou passivo constitui mudança de política contábil, e não mudança de estimativa contábil.
- Ⓑ Toda mudança de estimativa contábil deve ser reconhecida retroativamente, com reapresentação das demonstrações contábeis de períodos anteriores.
- Ⓒ O uso de estimativas contábeis reduz a confiabilidade das demonstrações contábeis, pois envolve julgamentos, e não mensurações exatas.
- Ⓓ A alteração da base de mensuração utilizada para avaliação de um ativo caracteriza mudança de estimativa contábil, devendo seus efeitos ser tratados como correção de erro de períodos anteriores.
- Ⓔ A revisão da vida útil de ativos depreciáveis representa correção de erro contábil, pois decorre de informações que já estavam disponíveis em exercícios anteriores.

**Questão 38**

Entidade vinculada à secretaria de fazenda de determinado estado da Federação está implantando um sistema de informações de custos para subsidiar decisões gerenciais e ampliar a transparência na prestação de contas à sociedade. Durante o desenho do modelo de gerenciamento de custos, a entidade passou a definir seus objetos de custos, distinguindo aqueles relacionados diretamente à entrega de bens e serviços à sociedade daqueles utilizados apenas como apoio interno à gestão.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta, com base na NBC que trata de custos no setor público, especialmente no que se refere à definição dos objetos de custos.

- Ⓐ Os objetos de custos intermediários restringem-se a bens e serviços consumidos internamente, não abrangendo programas, projetos ou atividades.
- Ⓑ Os objetos de custos devem ser definidos exclusivamente com base na estrutura organizacional da entidade, independentemente das necessidades dos usuários da informação.
- Ⓒ A quantidade de objetos de custos influencia o nível de granularidade e de complexidade do modelo de gerenciamento de custos adotado pela entidade.
- Ⓓ Todo objeto de custo que não corresponda a bens e serviços entregues à sociedade deve ser classificado como objeto de custo final.
- Ⓔ A definição dos objetos de custos deve priorizar a geração da informação, ainda que o custo de sua produção seja superior aos benefícios esperados.

**Questão 39**

Um analista chegou às seguintes conclusões em relação à situação econômico-financeira de uma empresa no exercício social encerrado em 31/12/2025:

- I os investimentos em ativo imobilizado apresentaram um crescimento expressivo no período analisado, em comparação ao período anterior;
- II a empresa dependia da venda de seus estoques para honrar as suas dívidas de curto prazo; e
- III parcela significativa da receita bruta obtida no período foi consumida pelas despesas administrativas.

Nessa situação hipotética, as conclusões apresentadas foram obtidas, respectivamente, por meio de

- Ⓐ análise de índices, análise horizontal e análise vertical.
- Ⓑ análise horizontal, análise vertical e análise de índices.
- Ⓒ análise horizontal, análise de índices e análise vertical.
- Ⓓ análise vertical, análise horizontal e análise de índices.
- Ⓔ análise vertical, análise de índices e análise horizontal.

**Questão 40**

O alongamento dos prazos das dívidas constitui importante instrumento de reorganização dos fluxos de caixa dos tomadores de recursos, contribuindo para a redução do risco de inadimplência. Nesse contexto, ao avaliar a liquidez de uma entidade que converteu dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo, sem que tenha havido alteração nos valores das dívidas em função dessa conversão, o analista acabará chegando à conclusão de que um indicador manterá o seu valor inalterado na data da ocorrência do evento. Esse indicador é denominado

- Ⓐ capital circulante líquido.
- Ⓑ liquidez imediata.
- Ⓒ liquidez geral.
- Ⓓ liquidez corrente.
- Ⓔ liquidez seca.

**Questão 41**

Um aspecto relevante da análise dos indicadores de estrutura de capital de uma entidade do setor público diz respeito à alavancagem financeira, especialmente pelo impacto que provoca no próprio risco do negócio. O grau de alavancagem financeira é o indicador que funciona como um termômetro dessa alavancagem.

Em relação ao grau de alavancagem financeira, é correto afirmar que o indicador apresentará valor inferior a 1,0 sempre que

- Ⓐ a variação percentual do lucro líquido for maior que a variação percentual do lucro operacional.
- Ⓑ a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido superar a taxa de retorno sobre o ativo.
- Ⓒ o indicador da participação de capital de terceiros sobre o capital próprio for maior que 1,0.
- Ⓓ o custo do capital de terceiros for maior que o retorno gerado pelo investimento.
- Ⓔ o valor do capital próprio for maior que o valor do capital de terceiros.

**Questão 42**

Do ponto de vista orçamentário, as receitas representam ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos. Tais receitas passam por diversas etapas e cada uma delas contempla procedimentos que se caracterizam por suas peculiares.

A identificação do sujeito passivo e o cálculo do valor do imposto devido, por exemplo, são procedimentos típicos da etapa da receita orçamentária conhecida por

- Ⓐ empenho.
- Ⓑ arrecadação.
- Ⓒ recolhimento.
- Ⓓ previsão.
- Ⓔ lançamento.

**Questão 43**

Saber reconhecer o momento em que um evento deve ser registrado na contabilidade para que se promovam as necessárias alterações nos elementos patrimoniais é imprescindível ao trabalho do profissional da contabilidade.

No que diz respeito especificamente às transações afetas às entidades do setor público, assinale a opção em que é citado o evento que provoca o reconhecimento contábil de uma variação patrimonial aumentativa (VPA) no momento de sua ocorrência.

- Ⓐ aquisição de título da dívida pública de liquidez imediata
- Ⓑ aumento na situação patrimonial líquida provocado por contribuições dos proprietários
- Ⓒ geração natural de novos ativos, independentemente da intervenção de terceiros
- Ⓓ surgimento de um passivo sem o correspondente ativo
- Ⓔ recebimento antecipado decorrente da venda a termo de serviços

**Questão 44**

A seção do MCASP que trata especificamente do ativo imobilizado apresenta a classificação dos bens imóveis sob o controle das entidades do setor público, discorrendo sobre a natureza dos bens que compõem cada uma das categorias resultantes dessa classificação.

De acordo com o MCASP, os bens imóveis que pertencem às pessoas jurídicas de direito público e aos quais tenha sido dada a estrutura de direito privado são classificados como

- A** bens de uso comum do povo.
- B** bens particulares com caráter público.
- C** bens indisponíveis.
- D** bens dominicais.
- E** bens de uso especial.

**Questão 45**

De acordo com o MCASP, “o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão”.

Considerando a informação precedente e as diversas bases de mensuração aceitas pela contabilidade, entre elas a mensuração a valor justo, assinale a opção em que são descritos elementos patrimoniais cuja avaliação deve ser feita a valor justo, de acordo com o MCASP.

- A** aplicações financeiras de liquidez imediata
- B** disponibilidades em moeda estrangeira
- C** participações em empresas coligadas
- D** ativos financeiros mantidos com a finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto
- E** bens de almoxarifado

**Questão 46**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi elaborada em um contexto que demandava ação planejada e transparente, direcionada à prevenção de riscos e à correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

No que diz respeito às normas de finanças públicas estabelecidas na LRF, julgue os itens a seguir.

- I Cabe à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- II O limite relacionado à despesa total com pessoal deve ser calculado por meio da aplicação de um percentual sobre a receita corrente líquida em cada período de apuração.
- III A realização de operação de crédito por antecipação de receita, cujo objetivo é suprir a insuficiência de caixa dos entes da Federação durante o exercício financeiro, estará proibida no último ano de mandato do presidente da República, do governador do estado e do prefeito municipal.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 47**

A Lei n.º 4.320/1964 contempla um dispositivo que exige a classificação das despesas em categorias econômicas, de forma que a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, nas esferas federal, estadual e municipal, sejam evidenciados.

De acordo com a referida lei, as despesas com material permanente, concessão de empréstimos e auxílios para obras públicas devem ser classificadas, respectivamente, como

- A** inversões financeiras, transferências de capital e investimentos.
- B** despesas de custeio, transferências de capital e investimentos.
- C** investimentos, transferências correntes e investimentos.
- D** despesas de custeio, inversões financeiras e transferências de capital.
- E** investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

**Questão 48**

Previsto na Constituição Federal de 1988, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi regulamentado pela Lei n.º 14.113/2020, que estabelece as fontes de receita do referido fundo.

Sabendo que a referida lei determina que seja destinado ao FUNDEB percentual do produto da arrecadação de certos tributos, assinale a opção que indica um desses tributos.

- A** IPVA
- B** ISS
- C** IPTU
- D** CSLL
- E** ITBI

**Questão 49**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Poder Executivo publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. Coube à LRF estabelecer como deve ser a composição do referido relatório.

Segundo a LRF, o relatório referente ao último bimestre do exercício deverá contemplar, além dos demonstrativos exigidos nos demais bimestres, o referente

- A** às projeções atuariais do Regime Geral de Previdência Social e do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- B** às despesas com juros.
- C** aos resultados nominal e primário.
- D** à execução das despesas, por função e subfunção.
- E** a restos a pagar.

**Questão 50**

A LRF estabelece procedimentos a serem cumpridos em relação ao relatório de gestão fiscal, cuja finalidade é o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites legalmente estabelecidos. Acerca do referido relatório, julgue os itens a seguir.

- I A despesa total com pessoal deve ser apresentada no relatório de forma comparativa com os limites estabelecidos na LRF, com a distinção das parcelas referentes a inativos e pensionistas.
- II Os responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno das entidades sujeitas à emissão do relatório devem apor as suas assinaturas no documento.
- III A indicação das medidas a serem adotadas pelas entidades sujeitas à emissão do relatório, com vistas à correção dos limites que tenham sido por elas ultrapassados, é um procedimento de caráter facultativo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

---

**Espaço livre**

---